

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2008
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL
NO ESTADO DO AMAPÁ

SUMÁRIO

1.IDENTIFICAÇÃO.....	03
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	
2.1.RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAIS.....	04
2.1.1. NORMAS DE TUAÇÃO.....	04
2.1.2. FUNÇÕES INTITUCIONAIS.....	05
2.1.2.1. PAPEL DA POLICIA ADMINISTRATIVA.....	06
2.1.2.2. PAPEL DE POLICIA JUDICIÁRIA.....	08
2.1.2.3. PAPEL DA SR/DPF/AP	10
2.3 PROGRAMAS	11
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	21
2.4. 1. EVOLUÇÃO DE GASTOS GARAIS.....	30
3.RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIENCIA DE CRÉDITO OU REECURSOS..	36
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES CURSOS.....	36
5. DEMOSTRATIVO DE TRANFERÊNCIA (REC. E RELALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	37
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	37
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM ERECURSOS EXTERNO.....	37
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	37
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....	37
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	37
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	38
12. RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	38
13. DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	43
14. ATOS DE ADMINÇÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSNSETADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2008.....	43
15. DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E TOMADAS. ESPECIAIS CUJO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FOI DISPENSADO.....	44
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	44
ANEXOS.....	46

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Superintendência de Polícia Federal no Estado do Amapá, abrangendo a Delegacia de Polícia Federal no Município de Oiapoque/AP.
- 1.2. CNPJ: 00.394.494/001-27.
- 1.3. Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
- 1.4. Ministério da Justiça.
- 1.5. Endereços:
 - Superintendência Regional
 - Av. Ernestino Borges, nº 1402, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá/AP, CEP 68.900.901, Tel: (96) 3213-7500, Fax (96) 3213-7603, Página Eletrônica: www.dpf.gov.br (SR/DPF/AP);
 - Delegacia no Oiapoque/AP
 - Av. Barão do Rio Branco, nº 500, Centro - CEP 68.980-000, Tel/Fax (96) 3521-1380
- 1.6. www.dpf.gov.br;
- 1.7. listas de unidades consolidadas
 - Unidade Gestora: 200402 Gestão: 00001 - Tesouro
 - Unidade Gestora: 200403 (UG's) Gestão 0001- Fundo para Aparelhamento e operacionalização das Atividades fins da Polícia Federal - FUNAPOL;
- 1.8. Lei nº 8.715 de 05 de outubro de 1993;
- 1.9. Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal; e
- 1.10. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas: Portaria nº 1300 de 14/09/2003 do DOU nº 172.
- 1.11 Funções predominantes: segurança pública
- 1.12 tipos de atividade: atividade policial

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal apresentadas a seguir, podemos concluir que o papel das Unidades Centrais consolidadas nesse relatório é contribuir com a cumprimento da missão da Instituição.

2.1.1. NORMAS DE ATUAÇÃO

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no art. 144, da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);

- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa N^o 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

2.1.2. FUNÇÕES INTITUCIONAIS

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.2.1. PAPEL DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas**: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada**: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.2. PAPEL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 44 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

2.1.2.2.1. Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2.1.2.2.2. Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

2.1.2.2.3. Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.3. PAPEL DA SR/DPF/AP NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá é o órgão **executor** das políticas públicas a cargo do Departamento de Polícia Federal, como integrante da estrutura do Ministério da Justiça.

As políticas públicas ligadas à atividade fim deste órgão referem-se ao combate à criminalidade. Ex.: Sistema Único de Segurança, Programa Nacional de Redução de Demanda e de Oferta de Drogas e Combate a Criminalidade, prevenção e repressão aos crimes contra os interesses da União.

Assim, conforme previsto na Constituição Federal, a polícia federal deve atuar preventiva e repressivamente no combate aos crimes de sua atribuição. Em razão de sua cultura funcional e estruturação organizacional, a atuação repressiva é a de maior prevalência, embora observe-se os primeiros movimentos em aumentar a atuação preventiva no combate à criminalidade. A atuação preventiva que, segundo os estudiosos de segurança pública, deve ser prioritária, no caso da polícia federal, acontece na modalidade de polícia administrativa, exercida no controle de comércio de armas de fogo, precursores químicos para fabricação de drogas ilícitas, controle da atividade de segurança privada, controle de fronteiras, etc.

Como pode ser observado pela natureza das ações a cargo da Polícia Federal, sua principal atuação é a repressão aos crimes dito federais, ou seja, da competência da Justiça Federal.

A atuação repressiva da Polícia Federal se expressa em cada investigação realizada, formalizada no inquérito policial. Assim, quanto maior o número de inquéritos relatados maior a atuação efetiva do órgão em prol da sociedade. Este ano a taxa de inquéritos relatados (xx inquéritos relatados dividido por xxx instaurados) foi de x%, não alcançando a taxa imposta como meta que era de y%.

2.1. PROGRAMAS

2.4.1. Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

Tabela I – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal
Objetivos Específicos	Em decorrência dos erros de estratégias político-administrativas de décadas passadas, observa-se, atualmente, o enfraquecimento das instituições de segurança, o elevado nível de corrupção e a abertura do país para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em uma nação de fronteiras abertas. A Polícia Federal, como órgão da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a determinação, a tecnologia e a competência como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a

	implementação das medidas adequadas. Em função da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na consecução dos seus objetivos, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem, o que pode conduzir o País a uma condição de extrema vulnerabilidade em matéria de segurança pública. Busca-se com essa programa de governo prover a Polícia Federal das condições adequadas, em termos de estrutura operacional, para que ela possa cumprir de forma eficiente e eficaz com seu mister constitucional.
Gerente do programa	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Gerente executivo	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há indicadores de desempenho para o programa.
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Federal

2.3.1.1.1. Ação 1899 – Reparcelamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)

Tabela G – Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Reparcelar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de

	sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Unidades executoras	200402
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Planejamento e Projetos em articulação com a Diretoria Técnico-Científica, o Instituto Nacional de Criminalística e Setores Técnico-Científicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Avaliar os sistemas, promover sua adequação, interligar banco de dados, promover treinamento de pessoal, dentre outras atividades pertinentes ao projeto. Implementar os projetos Pró-Amazônia e Promotec, executados em cumprimento ao Acordo celebrado entre o Brasil e a França, com financiamento externo oriundo de acordos celebrados com bancos franceses e alemães.

Tabela 7 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	36.000,00	R\$ 12.418,18	34,4
Física	65,6	34,4	

2.3.1.1.2. Ação 7L82 – Construção do Edifício-Sede da SR/DPF no Amapá

Tabela 2 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.
Descrição	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, na cidade de Macapá, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Logística Policial
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200402
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com os setores de logística da Superintendência da Polícia

gerenciamento ou execução da ação	Federal no Estado do Amapá.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Tabela 15 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$15.000.000,00	R\$ 269.451,54	1,8
Física	*	*	*

* **OBS:** Os gastos efetuados em 2008, refere se a execução do projeto da obra, por esse motivo que a meta física é 0,00.

2.3.1.1.3. Ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do DPF

Tabela S – Dados Gerais da Ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas.	SELOG/CPL/CONTRATOS
Coordenador nacional da ação	Maria Cláudia Schiavolini Corrêa
Unidades executoras	200402
Áreas (na UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Obras e Engenharia em articulação com as unidades da Polícia Federal que apresentam maior demanda para construção de novas sedes com valores orçamentos até o patamar de R\$ 20.000.000,00.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento especializado de obras e engenharia, do plano plurianual e da legislação de licitações e contratos.

Tabela 18 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.800.000,00	93.000,00	5,1
Física	*	*	*

***OBS: Os gastos efetuados em 2008, refere se a execução do projeto da obra, por esse motivo que a meta física é 0,00.**

2.4.1. - Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade:

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

Tabela II – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Romero Luciano Lucena de Menezes
Gerente executivo	Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Romero Luciano Lucena de Menezes
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade

2.3.2.1.1. Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso

Tabela U – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Inteligência Policial
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorens de Azevedo
Unidades executoras	200403 e 200402
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Inteligência e Núcleos de Inteligência nas Superintendências e Delegacias de Polícia Federal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 20 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	70.000,00	R\$ 62.545,73	90
Física	*	*	*

**Operações de Caráter Sigiloso não foi possível estipular a meta física financeira.*

Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

Tabela X – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de</p>

	iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	Rômulo Berrêdo
Unidades executoras	200402 e 200403
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Diretoria Técnico-Científica, Coordenação Geral de Repressão aos Crimes Previdenciários, Delegacias
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 22 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 729.108,89	R\$ 729.108,89	100%
Física	*	*	*

**Recursos usados para operação de caráter sigiloso, não temos como prevê a meta física.*

Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Tabela Z – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria Executiva
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200402 e 200403
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Divisão de Produtos Químicos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação.

Tabela 23 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira		R\$ 35.749,29	100%

Física			
--------	--	--	--

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela W – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão de Pessoal
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Teixeira Antuña
Unidades executoras	200403
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete, Coordenação de Ensino, Coordenação de Altos Estudos em Segurança Pública, demais Diretorias das Unidades Centrais e Divisão de Administração.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa.

Tabela 24 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	70.000,00	R\$ 8.780,00	12,54
Física	*	*	*

*Não foi possível estipular a meta física desta ação, pois trata-se de capacitação de pessoas.

A Polícia Federal, por ser uma Instituição de âmbito Nacional, tem suas ações e conseqüentes resultados efetuados de forma integrada, onde, na maioria dos trabalhos, há atuação de setores ligados às unidades centrais, consolidadas nesse relatório de gestão.

Sendo assim, os resultados operacionais a seguir demonstrados, são fruto dessa atuação integrada e sempre coordenada por setores ligados às unidades centrais, com aplicação de recursos atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal.

Nesse contexto, não vislumbramos a viabilidade técnica da ligação direta e objetiva do resultado operacional a determinado programa ou ação, uma vez que os recursos financeiros aplicados na grande maioria das ações da Polícia Federal são de um e de outro programa, embora desejável para uma adequada avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Polícia Federal.

Os principais resultados do desempenho operacional do ano de 2008 na área fim são os seguintes, para cada delegacia:

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

DELEMIG

- ✓ Promoveu reuniões mensais com os servidores lotados nesta Delegacia, com o objetivo de avaliar as atividades realizadas, discutindo os erros e acertos obtidos nos trabalhos durante o exercício em curso, procurando assim, melhorar o desempenho para o ano seguinte.
- ✓ Expedição de 200 passaportes ao mês.
- ✓ Efetuou o controle migratório

DELEPREV

- ✓ Deu maior celeridade as investigações previdenciárias. (DELEPREV)
- ✓ Efetuou o estreitamento do contato como Setor de Inteligência da Previdência Social (DELEPREV)
- ✓ Aprofundou investigações nas causas tratadas na Auditoria do INSS (DELEPREV).
- ✓ Implementou Força Tarefa Previdenciária. (DELEPREV)

NIP

- ✓ Procedeu investigação sobre advocacia administrativa de servidores do Ministério Público Federal.
- ✓ Assessorou o gestor da Unidade.

DELESP

- ✓ Efetuou vistoria em estabelecimentos financeiros (DELESP)
- ✓ Efetuou vistoria em instalações de empresas de segurança (DELESP)
- ✓ Efetuou vistoria em veículos especiais. (DELESP)

- ✓ Emitiu registro de certificado de formação. (DELESP)

DELINST

- ✓ Investigou e reprimiu a prática de crimes eleitorais que atente contra o sufrágio universal ou contra a liberdade de escolha dos eleitores

SETEC

- ✓ Emissão de laudos técnicos. (SETEC)
- ✓ Emitir informações técnicas. (SETEC)
- ✓ Emitir parecer técnico. (SETEC)

DRE

- ✓ Identificou no Estado do Amapá e nas principais cidades do interior do Estado “bocas de fumo” atuante.
- ✓ Identificou principais traficantes e passadores de entorpecentes no Amapá.
- ✓ Otimizou os trabalhos de acompanhamento e análise no NAP/DRE, aumentando o efetivo.
- ✓ Diligenciou com a finalidade de atuar o conhecimento do *modus operandi* e das rotas utilizadas pelos traficantes.
- ✓ Deu continuidade às atividades desenvolvidas pela Comissão de Químicos, com o objetivos de identificar o possível desvio de insumos químicos.

DELEPAT

- ✓ Identificou elementos e quadrilhas especializadas em falsificação de papéis para utilização em fraudes contra instituições e empresas publicas federais.
- ✓ Investigou a ação de quadrilhas destinadas a fraudar a Previdência Social, saques fraudulentos e assaltos contra a CEF e Agencias da ECT, etc.

DRCOR

- ✓ Deu continuidade as operações policiais iniciadas em 2008,
- ✓ Estreitou os laços, através de encontros rotineiros, com os responsáveis pelas DRCORs, principalmente do Nordeste brasileiro, visando ação integrada contra as quadrilhas de assalto a banco, carros fortes, roubo de cargas, etc.
- ✓ Procedeu investigações destinadas a coibir de quadrilhas de atuação interestadual de assalto a banco, carros fortes, roubo de cargas, etc, desenvolvendo ações integradas com a Policial Rodoviária Federal, com a Policia Civil, através do COPE – Comando de operações Especiais e com a Policia Militar, através do Comando-Geral.
- ✓ Identificou e atuar no combate a quadrilha
- ✓ Identificou e atuar no combate a quadrilhas especializadas em contrabando e falsificação de produtos destinados ao comercio: bem como a quadrilhas

especializadas em fraudar licitações, sonegar imposto e promover lavagem de dinheiro, relacionado a bens, serviços e interesses da união Federal.

DELEFAZ

OPERAÇÃO DETRAN

- Data: 27/05/2008
- Objetivo: investigação tendo como objeto quadrilha que vendia Certificados de conclusão de curso de reciclagem para renovação de Carteiras Nacionais de Habilitação no estado do Amapá.
- Resultados: cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão de diversos documentos relacionados à citada fraude.

OPERAÇÃO FRENAGEM

- Data: 28/08/2008
- Objetivo: combater o contrabando de pneus usados.
- Resultados: cumprimento de 04 mandados de busca e apreensão de aproximadamente 400 pneus usados importados ilegalmente.

OPERAÇÃO TOQUE DE MIDAS

- Data: 11/07/2008
- Objetivo: investigação tendo como objeto fraude em licitação, na modalidade concessão, para exploração da Estrada de Ferro do Amapá – EFA, vencida pela empresa Acará Empreendimentos Ltda., a qual transferiu o objeto adjudicado para MMX Logística do Amapá Ltda.
- Resultados: cumprimento de 12 mandados de busca e apreensão, comprovando-se a fraude na citada licitação

OUTRAS ATIVIDADES POLICIAIS DELEFAZ

BARREIRA POLICIAL CONJUNTA COM A RECEITA FEDERAL

- Data: 07/03/2008.
- Objetivo: Fiscalização de veículos proibidos de sair da ALCMS.
- Resultado: 22 veículos autuados pela RF + 08 veículos autuados no OPE/AP; 1 estrangeiro autuado por entrada irregular; 1 brasileiro autuado por transporte irregular de estrangeiro; um veículo e seu condutor detido por suspeita de assalto a caminhão da empresa Nutriama; fiscalização de rotina em veículos e ônibus.

DILIGÊNCIA CONJUNTA COM A RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE AFUÁ/PA

- Data: 30/06/2008

- Objetivo: reconhecimento da região e contato com autoridades locais

DILIGÊNCIA CONJUNTA COM A RECEITA FEDERAL A DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ

- Data: 24/12/2008 a 27/12/2008

- Objetivo: Fiscalização genérica (operação presença) em diversos municípios do interior do estado do Amapá e levantamentos de informações para fins de investigação criminal

DELEMAPH

OPERAÇÃO OURO NEGRO

- Finalidade/Descrição: combater o comércio ilícito de minério radioativo;
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas/ Coordenador: DREX
- Unidade Executora: DELEMAPH

OPERAÇÃO PRESENÇA

- Finalidade/Descrição: combater o comércio ilícito de madeira no Amapá ;
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas/ Coordenador: DREX
- Unidade Executora: DELEMAPH

OPERAÇÃO AKATOR

- Finalidade/Descrição: combater a corrupção no DNPM/16 ° DIstrito e a falsificação de relatórios de pesquisa, oportunizando a valoração fraudulenta de ações em bolsas.

- Unidade responsável pelas decisões estratégicas/ Coordenador: DREX
- Unidade Executora: DELEMAPH (DPF. CHUY)

DELESP

DADOS ESTATISTICOS

DADOS	TOTAL
Municipiops atendidos pela delegacia	05
Efetivo da delegacia apf	05
Efetivo da delegacia aadm	02
Agência bancárias	31
Postos de atendimentos bancário	25
Carros fortes	08
Armas ativas	792
Empresas de segurança e vigilância patrimonial	11
Empresas de transporte de valores	
02	
Empresas de segurança orgânica	02
Cursos de formação de vigilantes	02

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:

AUTERAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

MODALIDADE

TOTAL

Segurança e vigilância patrimonial	03
Transporte de valores	0
Curso de formação de vigilantes	01
Escolta armada	0
Serviços orgânicos de segurança	0

AUTORIZAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS

Razão Social	0
Mudança De Endereço	0
Mudança de modelo uniforme	1
Revisão de autorização de funcionamento	14
Renovação de certificado de segurança	12
Renovação de certificado de vistoria	08
Aquisições de armas, munições e petrechos de carga e coletes balísticos	20

OUTROS PROCEDIMENTOS

Notificações	128/133
Autos de constatação e notificação de infração	123/125
Pareceres conclusivos	247/253
Cancelamento de empresa irregulares	04
Encerramento de atividades clandestinas	04
Comunicação de incidentes com armas	08

OUTRAS ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	total
Vistoria das instituições de empresa de vigilância e orgânica	12
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	08
Vistoria de agencias bancarias e pab's	61
Carteiras de vigilantes requeridas	826
Certificados de vigilantes registrados	817
Registro de profissão – ctps	113
Guias de transferência e/ou transporte de armas emitidas	198
Portarias de aprovação de planos de segurança bancários	50
Armas arrecadadas	77
Munições arrecadadas	481
Consultas / informações prestadas sobre segurança privada	94

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E EFETUADAS

Show's/eventos	15
Empresas	08
Escolas fiscalização (quinzenal)	06
Bancos	02
Ordem de missão	37

PARTICIPAÇÃO DOS POLÍCIAS DESTA SUPERINTENDÊNCIA EM OPERAÇÕES EFETUADAS POR OUTRAS UNIDADES DA POLÍCIA FEDERAL

OPERAÇÃO COBRA

Ações voltadas para proteger o cidadão e a sociedade, em toda a extensão da fronteira do Brasil – Colômbia, visando a identificar e desarticular organizações criminosas transnacionais dedicadas ao tráfico de entorpecentes e crimes conexos, reforçar a presença do poder público para impedir o trânsito e o homizio de criminosos internacionais, coibir o desvio e o contrabando de produtos químicos destinados a produção de entorpecentes, resguardar a faixa de fronteira de imigrações clandestinas, evitar confrontos com a população indígena e a violação de suas áreas protegidas, precaver danos ao meio ambiente e a transferência de centros de apóio à criminalidade organizada;

OPERAÇÃO ROOSEVELT

Ações voltadas para o combate à exploração mineral em terras indígenas, especialmente nas áreas das reservas Roosevelt, Aripuanã e Serra Morena

ARCO DE FOGO

A Operação, realizada pela Polícia Federal em parceria com a Força Nacional e o IBAMA, tem um caráter permanente e visa reprimir o desmatamento na região amazônica. Foram realizadas 72 prisões, 1085 fornos foram destruídos, aproximadamente 36.714,472 m³ de madeira apreendidos, cerca de 720 m³ de carvão vegetal apreendidos, 462 serrarias autuadas, 39 motosserras e 33 armas de fogo apreendidas.

UPATAKON

Apoio à SR/RR em operação para desintrusão em terras indígenas

O DESEMPENHO DA ÁREA MEIO REFERENTE AO ANO DE 2008.

- **Aquisição de computadores para a SR/DPF/AP**
Dados financeiro: R\$ 206.781,30
- **Aquisição de mobiliário padrão para a SR/DPF/AP (SELOG E CPL)**
Dados financeiro: R\$ 150.000,00
- **Locação de imóvel para instalação dos Setores de Contratos, CPL e o NAD/SR/DPF/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 17.440,44
- **Contratação de empresa especializada para serviços postais. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 15.216,00
- **Contratação de serviços postais da imprensa nacional (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 13.164,80

- **Contratação de empresa para efetuar o transporte mobiliário. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 52.216,00
- **Contratação de empresa especializada para manutenção de ar-condicionado e bebedouro. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: 17.500,00 (serviços) R\$ 41.004,38(peças)
- **Contratação de empresa especializada manutenção predial para SR/DPF/AP e DPF/OPE/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 25.400,00 (serviços) R\$ 20.000,00 (peças)
- **Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de telefonia fixa (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 173.278,78 e 1.903,14
- **Contratação de empresa especializada em manutenção de fotocopiadoras (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 15.996,00
- **Contratação de serviços malote para SR/DPF/AP e DPF/OPE/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 9.612,96
- **Contratação de empresa especializada em confecção de chaves para SR/DPF/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 3.050,00
- **Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagem aérea, terrestre e fluvial. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 350.042,00
- **Contratação de empresa especializada em manutenção de viaturas para SR/DPF/AP e DPF/OPE/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 87.282,97 (serviços) R\$ 114.793,57(peças)
- **Contratação de empresa especializada em telefonia móvel por satélite (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 11.287,20
- **Contratação de empresa especializada em telefonia móvel celular (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 9.582,60
- **Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra. especializada em recepção e coperagem. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 115.625,40
- **Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra. Especializada em digitação (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 54.140,17

- **Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os custodiados SR/DPF/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 7.560,00
- **Contratação de empresa especializada para confecção de carimbos para SR/DPF/AP(SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 6.000,00
- **Contratação de empresa para instalação do Sistema guardião SR/DPF/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 17.000,00
- **Contratação de empresa para instalação e treinamento dos servidores para operacionalização do sistema guardião da SR/DPF/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 30.000,00
- **Aquisição de material de expediente (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 19.658,40
- **Aquisição de placas tronco de centrais telefônicas para a SR/DPF AP e DPF/OPE/AP. (SELOG NTI)**
Meta física e financeira: R\$ 6.060,00
- **Contratação de serviços de adequação de infra-estrutura elétrica e lógica nas salas onde foram instalados os equipamentos do Sistema Gurdião. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira : R\$ 38.935,00
- **Assinatura corporativa de revista técnica de Engenharia e Arquitetura da Editora PIN, em caráter anual. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 1.032,00
- **Aquisição de carga para caneta do leitor de assinatura modelo CTE-340. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 865,00
- **Aquisição de condicionadores de ar para a SR/DPF/ AP e DPF/OPE/AP. (SELOG E CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 4.443,00
- **Aquisição de material de expediente. (SELOG, CPL E NAD)**
- Meta física e financeira:
- **Aquisição de material de consumo para a SR/DPF/AP e DPF/OPE/AP**
Meta física e financeira:
- **Aquisição de material permanente para o Telecentro. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 665,86

- **Aquisição de Link's de fibra ótica e de pares metálicos para o prédio anexo da SR/DPF/AP.**
Meta física e financeira: R\$ 7.792,30
- **Aquisição de Livros para setores desta SR/DPF/AP. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 4.868,52
- **Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica, para a SR/DPF/AP, DPF/OPE/AP e para o imóvel alugado. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 160.489,81
- **Contratação de serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgotos. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 2.541,88
- **Contratação de empresa para fornecimento de combustível para veículos para a SR/DPF/AP e DPF/OPE/AP. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 101.750,00 e 28.838,70
- **Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância. (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 361.362,00
- **Contratação de empresa para prestação de serviços gerais (SELOG e CPL)**
Meta física e financeira: R\$ 182.000,00

RESULTADOS

Durante o ano de 2008, das metas estabelecidas, quase todas foram cumpridas, concernente a atividade fim, o que demonstra que a Unidade não mediu esforços no cumprimento do dever.

As macroestratégias de atuação foram duas. Aumentar a quantidade de investigações (inquéritos policiais) em todas as áreas de atuação, em razão do aumento de efetivo policial, e priorizar através de aumento relativo de policiais e meios as duas áreas de maior demanda, que são crimes ambientais e contra a previdência. Assim foi feito. Foi disponibilizado relativamente a outras delegacias maior número de policiais, aumentado os recursos materiais e financeiros para as duas delegacias especializadas.

Variável que ainda impacta negativamente a atuação desta unidade são os contingentes insuficientes para as demandas, de servidores policial e administrativo, principalmente, para uma atuação preventiva.

Na execução das ações, foi priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, em especial na região Amazônica, foi implementada a integração com outras áreas de governo, visando o

combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, foi incrementado e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho.

Deve ser destacado também como fator negativo para a atuação da unidade o fato de que a quase totalidade dos policiais tem pouco experiência profissional, ou seja, são recém formados. Tal situação com certeza impede uma atuação mais qualificada, pois a experiência na atividade policial é fator que induz maior produtividade. A solução buscada, implementada parcialmente, foi à obtenção de ações de capacitação durante todo o exercício.

Com relação à área meio, foram cumpridas principalmente aquelas que objetivaram o funcionamento da unidade no que diz respeito à contratação de serviços de manutenção, pagamento de diárias antecipadamente aos servidores e fornecedores, a unidade passou a utilizar o sistema de controle de combustível, implementou o sistema de controle de viaturas, foi implantado o sistema de SCDP(sistema de concessões de diárias e passagem), aderimos aos pregões eletrônicos realizados pelo órgão central viabilizando aquisições de mobiliário, computadores e viaturas, instalamos as centrais telefônicas baixando consideravelmente o consumo com telefonia, bem como ultimamos providências de processos licitatório para o projeto de ampliação do prédio da SR/DPF/AP e construção da nova.

A carência de pessoal e a falta de motivação dos servidores da área meio dificultaram em muito a formalização dos procedimentos e o bom andamento na área de logística policial.

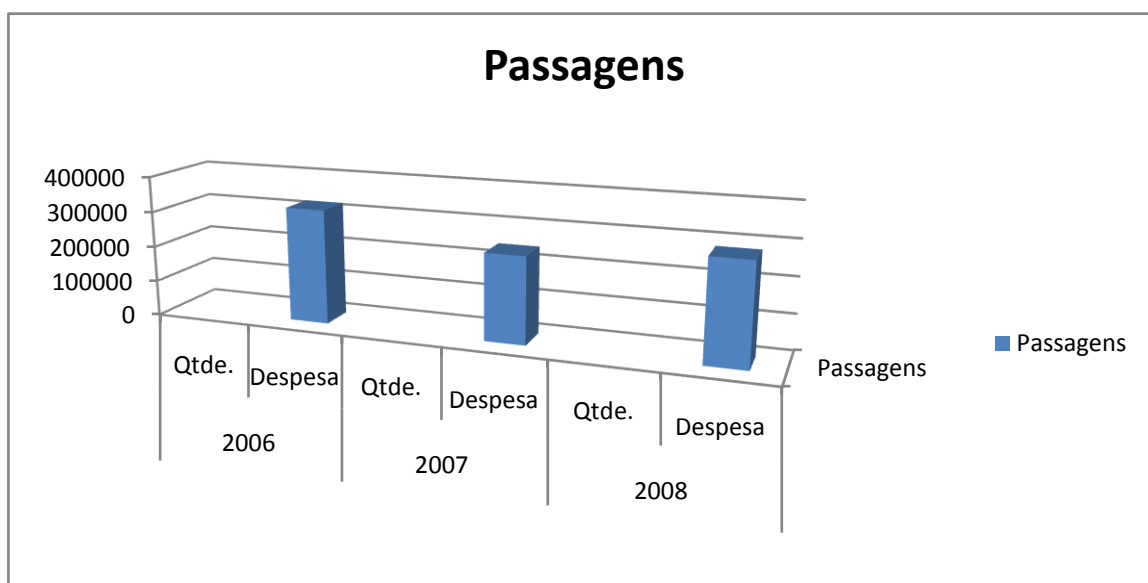
Vale ressaltar também que algumas demandas que não tiveram seu deferimento como a aquisição de armário móvel para o arquivo morto da SR/DPF/AP, destarte foi possível que a realização da reforma deste, transformando-se assim num ambiente mais agradável para os servidores.

A Polia Federal embora seja um órgão nacional e único. Sua estrutura organizacional e normativa impõe obediência as unidades executivas - SUPERINTENDENCIAS E DELEGACIAS - aos órgãos centrais normativas. Assim, entendo que não e atribuição de qualquer Superintendência Regional estabelecer **indicador de desempenho**. No contexto, esclareço que tenho conhecimento que a direção geral deste Departamento de Policia Federal, através de seus órgãos normativos, os centrais de direção e coordenação, esta desenvolvimento estudos e ações visando determinar indicadores de desempenho para o órgão e seus funcionários .

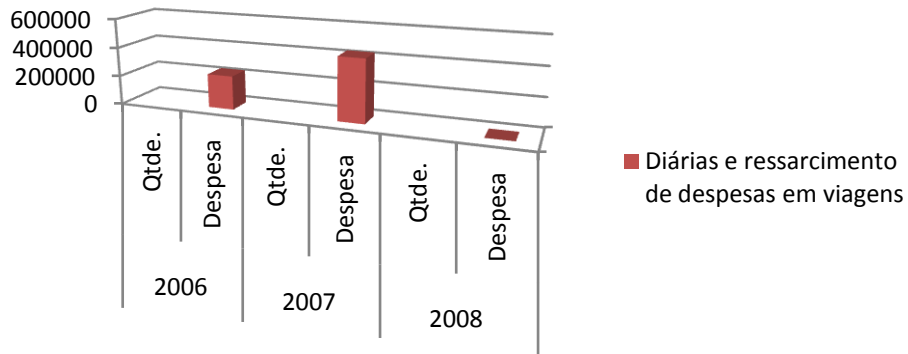
4.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Passagens		R\$ 322.839,34		R\$ 243.477,75		R\$ 283.500,34
Diárias e ressarcimento de despesas em viagens		R\$ 233.316,86		R\$ 432.851,35		0
Publicidade		R\$ 14. 653,00		R\$ 11.132,92		R\$ 22.995,53
Vigilância	4	R\$ 79.900,00	14	R\$ 357.999,84	14	R\$ 401.826,84
Limpeza	10	R\$ 163.199,63	11	R\$ 182.000,00	11	R\$ 182.000,00
Apoio Adm. Recepc. e Copeira	0	0	3	R\$ 13.563,56	7	R\$ 115.700,00
Apoio Adm. Digitador	0	0	0	0	4	R\$ 64.970,00
Outras Ativ. (Téc. Eletricista)	0	0	0	0	1	R\$ 25.278,24

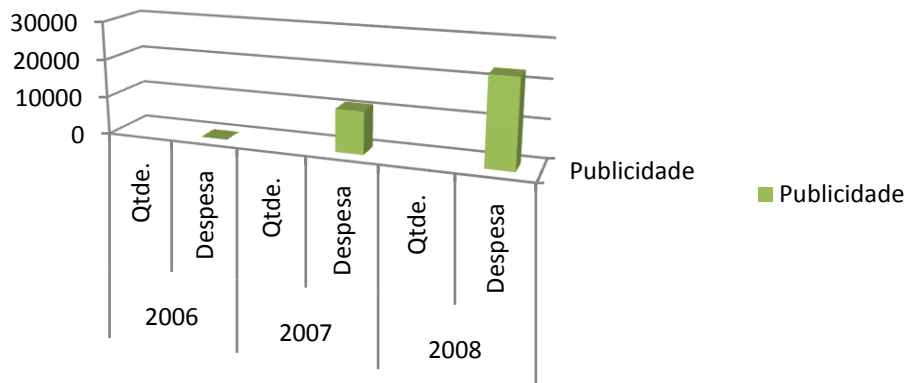
Tecnologia da informação		R\$ 8.732,00		R\$ 51.329,93		40.417,34
Estagiários	8	R\$ 16.830,00	9	R\$ 19.355,00	22	R\$ 78.816,00
Suprimento de fundos		R\$ 73.738,62		R\$ 11.815,64		R\$ 89.718,90
Cartão de credito corporativo		0	7	R\$ 10.363,40	165	R\$ 92.518,08
Total		R\$ 898.556,45		R\$ 1.333.889,39		R\$ 1.397.741,27

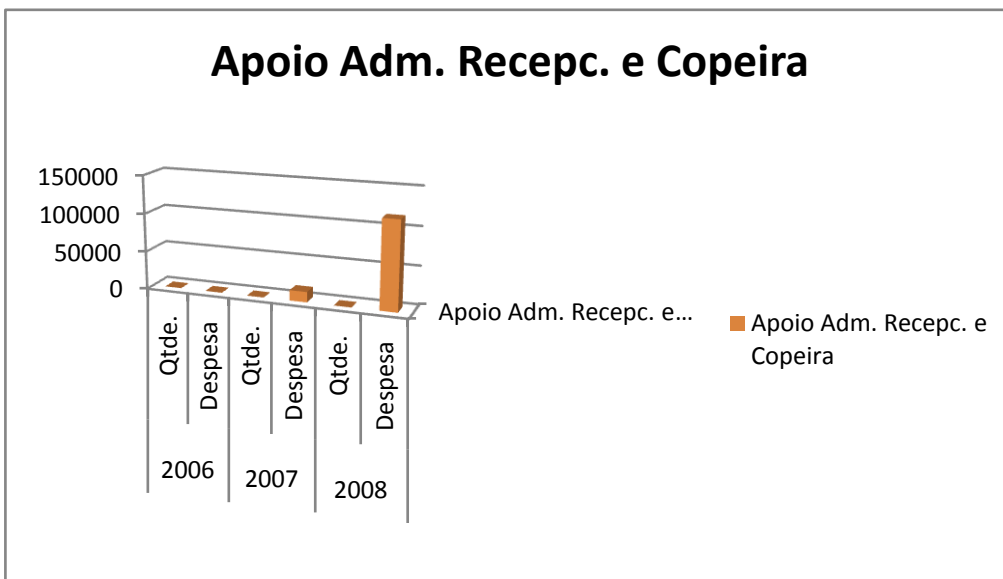
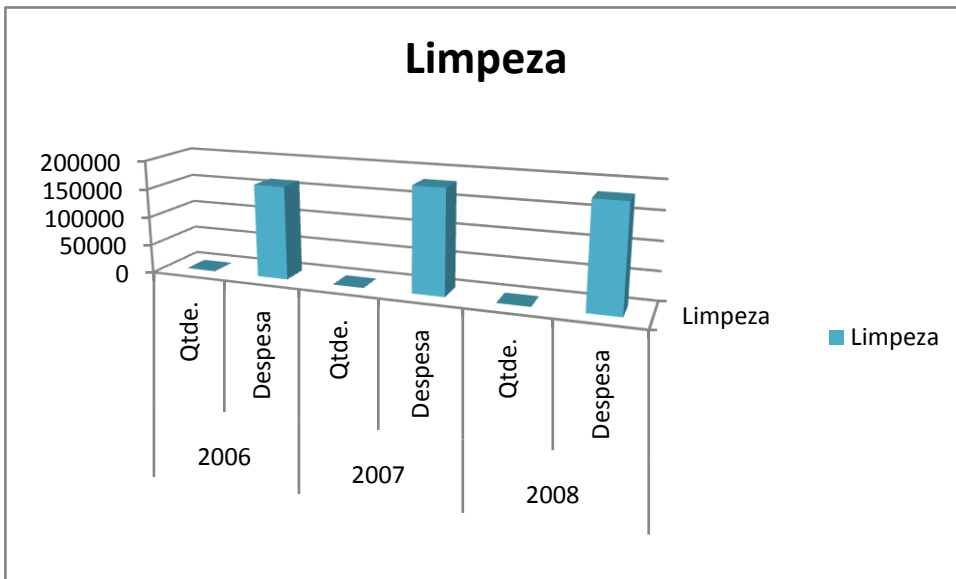
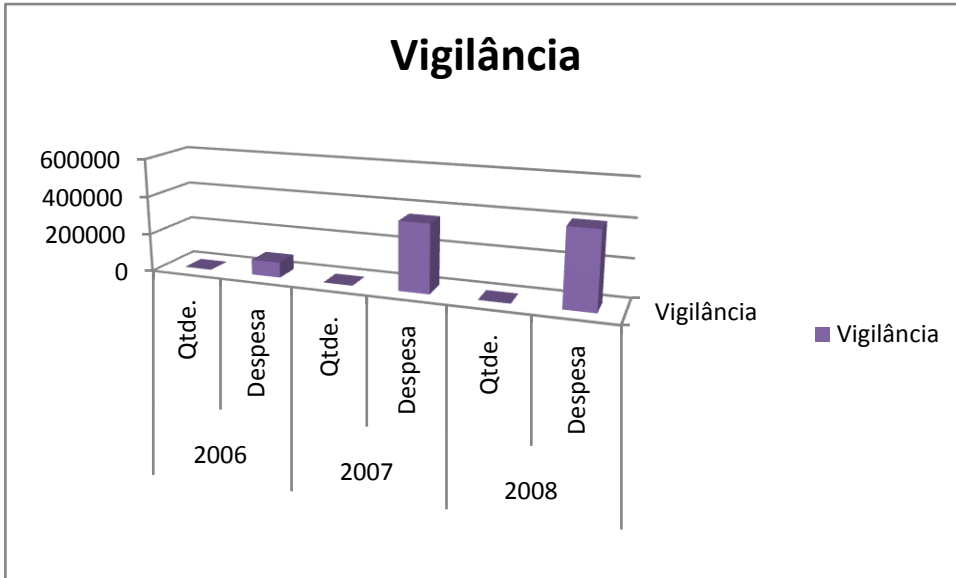


Diárias e ressarcimento de despesas em viagens

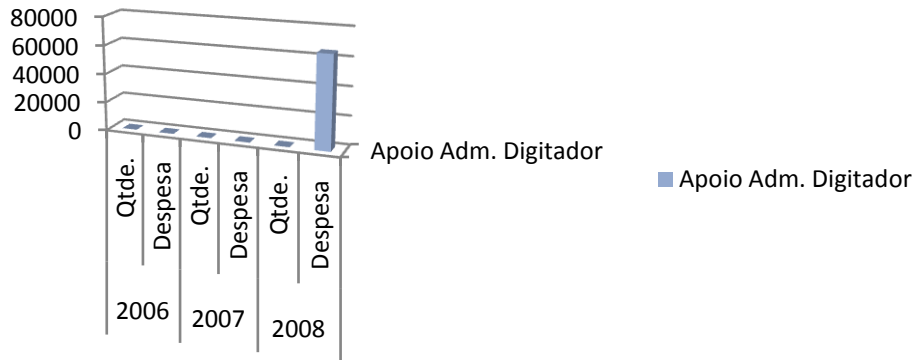


Publicidade

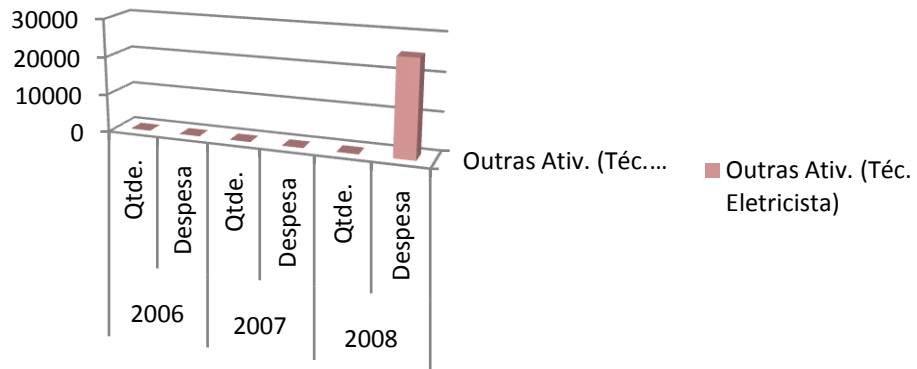




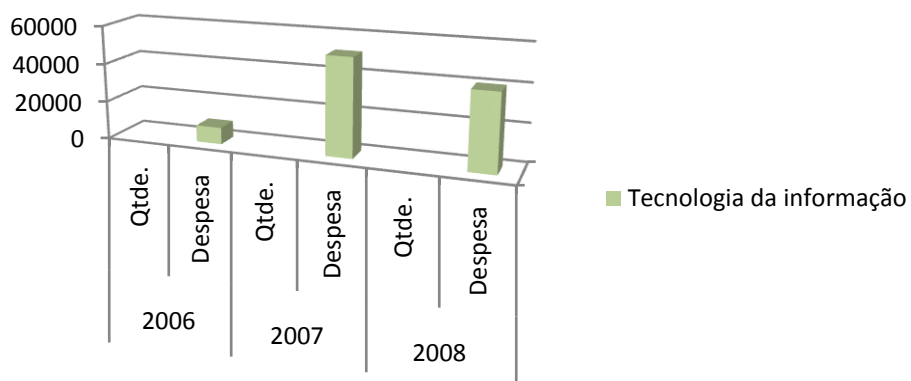
Apoio Adm. Digitador



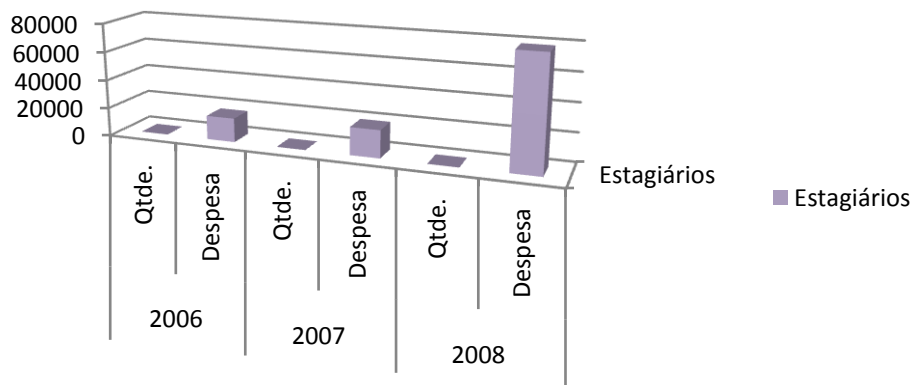
Outras Ativ. (Téc. Eletricista)

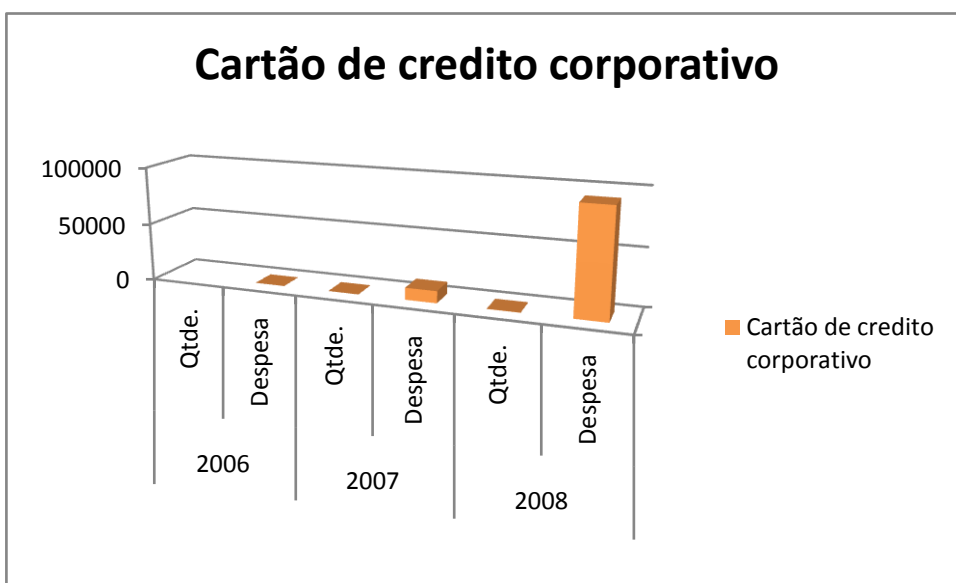
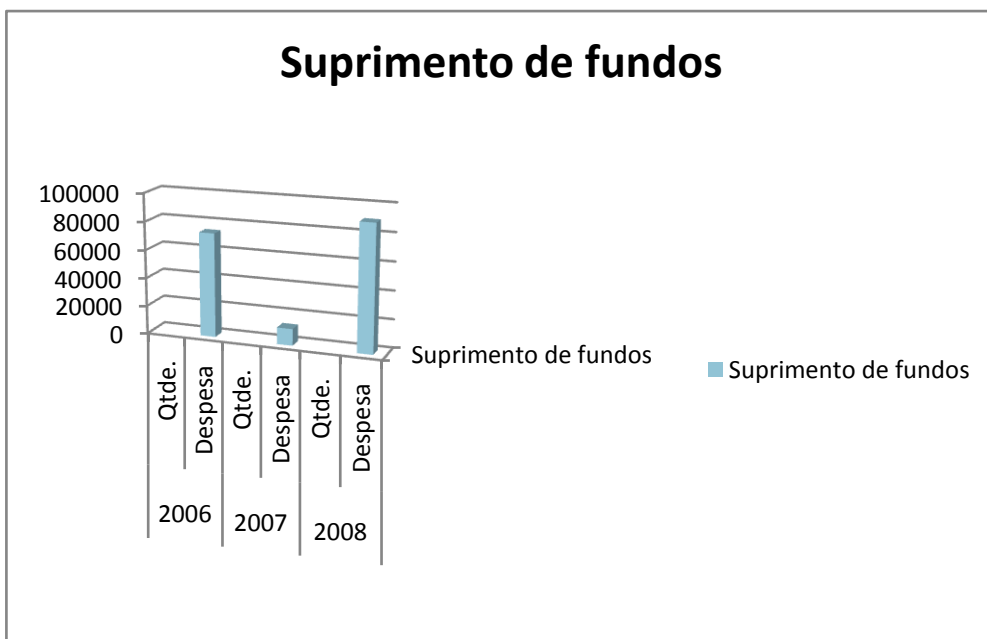


Tecnologia da informação



Estagiários





3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não houve ocorrências nos períodos de 2006, 2007 e 2008.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de Restos a Pagar no exercício por ano de inscrição no Siafi.

Ano de Inscrição	RP Processados				RP Não-Processados			
	Inscritos (19.571.00.00)	Cancelados (29.241.05.90)	Pagos (29.241.05.10)	A Pagar (29.540.00.00)	Inscritos (19.241.05.05)	Cancelados (29.241.05.09)	Pagos (29.241.05.03)	A Pagar (29.510.00.00)
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2008	1.094,80	6.000,00	0,00	0,00	647.737,18	32.493,59	127.086,24	13.945,02
Total	1.094,80	6.000,00	0,00	0,00	647.737,18	32.493,59	127.086,24	13.945,02

5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.

Esta unidade não dispõe de informações dessa natureza.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Esta unidade não dispõe de informações dessa natureza.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

REFORMA DO SETEC/SR/DPF/AP PROGRAMA PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)			
SB	UG	FONTE	Valor
OBRAS CIVIS	200403	01480013	R\$ 75.463,5
Instalações Elétricas hidráulicas, Sanitárias e Lógicas	200403	01480013	R\$ 71.182,98
Totais			R\$ 146.646,48

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Esta unidade não dispõe de informações dessa natureza.

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENECIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIAS.

Esta unidade não dispõe de informações dessa natureza

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS.

Não de aplica a esta Superintendência

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

	FATURA		SAQUE	
	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR
2006	-	-	-	-
2007	02	R\$ 595,40	05	R\$ 9.173,10
2008	46	R\$ 24.709,08	119	R\$ 67.809,00

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

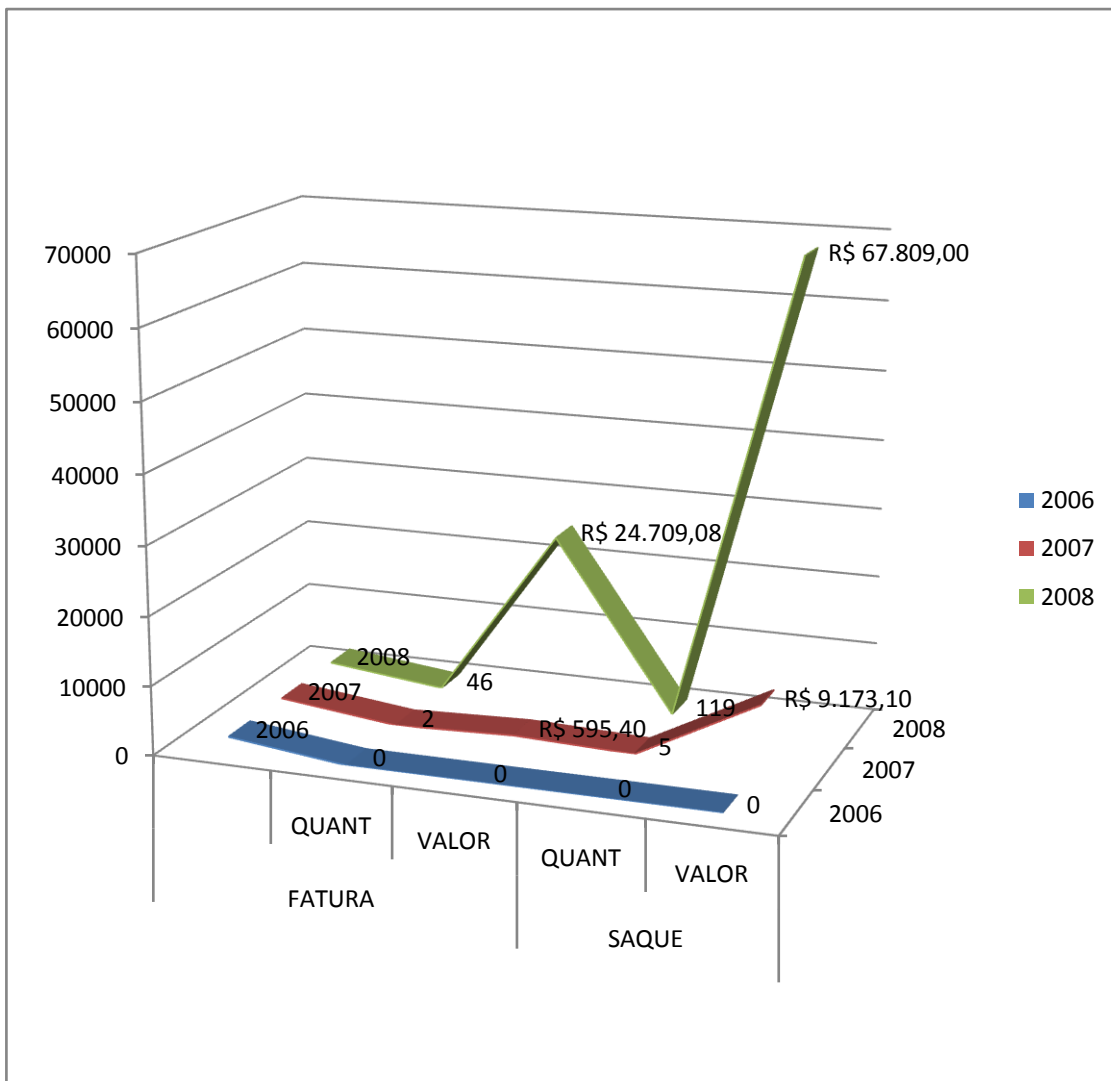


TABELA DE SUPRIDOS DA SR/DPF/AP

LIMITE DE UTILIZAÇÃO TOTAL DA UG: R\$ 150.000,00	
NATUREZA DOS GASTOS PERMITIDOS: 339030, 339036 e 339039	
LIMITE CONCEDIDO A CADA PORTADOR	
PORTADOR	LIMITE
ALESSANDRO DE BARROS VIVONE	R\$ 10.000,00
ARMANDO SILVA MEDEIROS	R\$ 10.000,00
PAULO HENRIQUE SANTOS COELHO (VS)	R\$ 10.000,00
GABRIEL TOSELLI BARBOSA TABOSA DO EGITO	R\$ 10.000,00
MARCELO ALVES DOS SANTOS	R\$ 10.000,00
FÁBIO SEIJI TAMURA	R\$ 10.000,00

HÉLIO CAVALCANTE DUAVY	R\$ 10.000,00
CRISTIANE RIBEIRO AGUIAR	R\$ 10.000,00
JOÃO EDUARDO DE GÓIS COSTA (VS)	R\$ 10.000,00
JORIELSON BRITO NASCIMENTO (VS)	R\$ 10.000,00
HÉLVIO DE SOUSA E SILVA (VS)	R\$ 10.000,00
JORIVAN BRITO NASCIMENTO (VS)	R\$ 10.000,00
DELMYRO GABRIEL SILVA	R\$ 10.000,00
FLAVIUS LUÍS SILVA ARAÚJO (VS)	R\$ 10.000,00

Observações:

(VS) – verba secreta

* De acordo com a Instrução Normativa 009 de 29 de abril de 2008:

Art. 6º. A concessão de suprimento de fundos é limitada aos seguintes valores:

II – para compras e contratação de outros serviços – 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93;

§ 1º. A critério do Ordenador de Despesas, poderá ser concedido suprimento de fundos em valor superior ao fixado no inciso III desse artigo até o limite de 40% da alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, desde que devidamente justificado pelo solicitante.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE EXTERNO RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

Unidade gestora, responsável pela apresentação do processo anual de contas: SR/DPF/AP-CODIGO 200402 e 200403

1. Relatório nº 208260
2. Item do relatório de Aditoria

5.4 REGULARIDADE NA GESTAO DE RECURSOS HUMANOS

Recomendação 001:

Solicitar AP departamento de policia federal, em Brasília, especialmente ao serviço de aposentadoria e pensões – CRH/DPG/DPF, que providencie tempestivamente o registro dos atos de concessões de aposentadoria de servidores da Unidade Regional no Amapá, conforme determinação contida na instrução normativa TCU nº 44, de 2.10.2002.

Providencia a serem implantadas

Em razão de ser atribuição da diretoria de gestão de pessoal, sediada em Brasília, o processamento de aposentadoria dos servidores deste órgão, encaminhar ofício a mesma para que tome as providencias pertinentes a recomendação da CGU.

Prazo limite de implementação: imediata

Recomendação 002

Orientar o setor de recursos humanos da SR/DPF/AP, para que acompanhe o andamento dos processos de aposentadoria de servidores da Unidade, a fim de demandar, com maior eficiência, ações corretivas ao Departamento Nacional de Polícia Federal, precipuamente no que se refere aos registros de aposentadoria no SISAC, conforme determinação contida na Instrução Normativa TCU nº 44 de 2.10.2002.

Providências a serem implantadas

Determinar maior eficiência na instrução e acompanhamento dos processos no âmbito do setor de recursos humanos desta unidade, via memorando.

Prazo limite de implementação: imediata.

3. Item do relatório de auditoria

5.7 SUPRIMENTO DE FUNDOS – USOS DE CARTÕES.

Recomendação 001:

Orientar os servidores da SR/DPF/AP apriorizar, sempre que possível, a utilização dos Cartões de pagamento do governo federal na função credito, deixando o saque para situações excepcionais devidamente justificadas.

Posicionamento do gestor em relação á recomendação:

(1) concordo (2) concordo parcialmente (3) discordo

Providencia a serem implementadas

Este gestor já determinou, com expedição de normativo internos e divulgação via internet local, determinado como regra geral o uso do cartão na função de credito, e que no saque, o mesmo seja sempre justificado por escrito no documento fiscal ou em anexos.

Prazo limite de implementação: imediata

Recomendação 002

Promover a capacitação dos servidores da SR/DPF/AP, lotados no NEOF, para que se familiarizem com os procedimentos relativos a concessão de suprimento de fundos no SIAFI. Neste sentido, uma vez que o servidor já foi treinado , cabe assegurar que ele seja um mutiplicador deste conhecimento dentro da Unidade, a fim de garantir eficiência das atividades daquele setor.

Providências a serem implementadas:

Fornecer capacitação continuada para todos os servidores lotados no NEOF, através de cursos específicos ou missões em outras unidades do órgão reconhecidamente com melhor desempenho no assunto.

Prazo limite de implementação: durante todo o ano de 2008

4. Item do relatório de auditoria
- 5.

1.1.2 Assunto – Processos Licitatórios

1.1.2.1 Constatações: (009) LICITAÇÃO INDEVIDAMENTE DISPENSADA POR MOTIVO EMERGENCIAL (INCISO IV DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/93)

Recomendação 001:

Observar os requisitos exigidos para a aplicação do inciso IV do artigo 24 da lei nº 8.666/93, no qual consta autorização para dispensa de licitação em situação emergenciais ou calamitosas somente quando restar comprovado o risco concreto, iminente e gravoso á segurança de pessoas, obras, serviços, equipamento e outros bens, públicos ou particulares.

Providencias a serem implementadas:

Embora o gestor não concorde com a recomendação para o caso em análise, entende que deva sim obedecer aos ditames legais quando a caracterização de situação emergencial. Acredito que em casos futuros, em razão da instalação do NAJ/AGU/MACAPÁ, esse gestor poderá melhor expor suas razões junto a assessoria jurídica local, em razão da proximidade, visando obtenção de parecer favorável daqueles assessores que vivem a realidade local.

Prazo limite de implementação: Imediata, conforme a afirmação acima.

6. Item do relatório de auditoria:
 - 1.1.2.2 Constatação: (010)

FRACIONAMENTO DA DESPESA MEDIANTE DISPENSAS DE LICITAÇÃO BASEADA NO INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/93.

Recomendação 001:

Evitar a contratação de serviços de mesma natureza por meio de licitação com fulcro no inciso II do artigo 24 da lei nº 8.666/93, quando o somatório dos valores dos serviços superar o limite estabelecidos no referido dispositivo legal. Para tanto PE imprescindível planejar adequadamente as contratações com base nas necessidades da Unidade pra o exercício.

Providencias a serem implementadas:

Embora concorde com a recomendação para que os fatos semelhantes não voltem a ocorrer, reafirmo as alegações oferecidas quando da fiscalização dizendo que realmente os serviços eram urgentes dadas a precariedade das instalações existentes que ocasionalmente diversos problemas na utilização da rede corporativa e que os primeiros serviços permitiram descobrir e contatar outros problemas.

7. Item do relatório de auditoria
 - 2.1.2.1 Constatação

AUSÊNCIA DE INDICADORES DE DESEMPENHO REGIONALIZADOS, CONTRARIANDO DETERMINAÇÃO DO TCU.

Recomendação 001

Instruir indicadores de desempenho, a fim de utilizá-los como ferramenta auxiliar na melhoria da gestão da Unidade para garantir eficiência e eficácia das atividades desenvolvida e cumprir determinação do TCU, consguinada no item 1.1.3 do acórdão nº 11/2004 – Primeira Câmara.

Providencias a serem implementadas

A Polia Federal embora seja um órgão nacional e único. Sua estrutura organizacional e normativa impõe obediência as unidades executivas - SUPERINTENDENCIAS E DELEGACIAS - aos órgãos centrais normativas. Assim, entendo que não e atribuição de qualquer Superintendência Regional estabelecer indicador de desempenho. No contexto, esclareço que tenho conhecimento que a direção geral deste Departamento de Policia Federal, através de seus órgãos normativos, os centrais de direção e coordenação, esta desenvolvimento estudos e ações visando determinar indicadores de desempenho para o órgão e seus funcionários .

Prazo limite de implementação: prejudicado, conforme a afirmação acima.

8. Item do relatório de auditoria

2.1.3.1 constatação

PAGAMENTO DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO COM RECURSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS A SERVIDORES QUE RECEBERAM DIÁRIAS.

Recomendação 001:

Evitar gastos inegáveis com recursos de suprimento de fundos, especialmente no tocante a despesas com alimentação e hospedagem de servidor em missão, uma vez que os mesmos já receberam diárias com esta finalidade.

Posicionamento do gestor em relação a recomendação:

(1) concordo (2) concordo parcialmente (3) discordo

Providencias a serem implementadas: prejudicado, conforme a afirmação a cima.

9. Item do relatório de auditoria:

2.2.3.2 constatação (005)

COMPRA DE MATERIAL PERMANENTE COM RECURSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .

Recomendação 001

Evitar adquirir materiais permanentes com recursos de suprimentos de fundos, em especial a compra de peças com o objetivo de montar computadores novos.

Posicionamento do gestor em relação a recomendação.

(1) concordo (2) concordo parcialmente (3) discordo

Providencias a serem implementadas

Determinar, cumprir e difundir internamente as normas que regem o assunto, para que o mesmo não volte a ocorrer.

Prazo limite de implementação: imediato, conforme a afirmação acima.

10. Item do Relatório de auditoria:

3.2.1.1 Constatação: (008)

MANUTENÇÃO DA ACESSÃO DE SERVIDOR SEM O DIVIDO REEMBOLSO POR PARTE DO CESSIONÁRIO

Recomendação 001:

Notificar o servidor de matrícula SIAPE nº 6182968 para que retorna à SR/DPF/AP, dando por encerrada a cessão, prejuízo de cobrança administrativa e, se for o caso judicial, dos valores relativos aos reembolsos não efetuados.

Providências a serem Implementadas:

Foram adotadas as medidas sugeridas, qual seja a notificação do servidor e do governo do estado do Amapá, tendo por consequência o pagamento de todos os valores atrasados pertinentes ao ano de 2007. Em que pese o procedimento acima mencionado, entendo que a autoridade máxima para o caso seria o SR. Diretor Geral do Departamento de polícia Federal ou o ministério da justiça que deferiu a cessão do servidor. Ao signatário caberia apenas fazer, o que foi feito, através da seção de pessoal, a notificação para o pagamento mensal e não determinar o retorno de um servidor que foi cedido pelo Senhor Ministro da justiça. Ou seja, a prevalecer o entendimento da CGU, o subordinado desconstituiria um ato político do chefe.

Prazo limite de implementação: imediato, conforme a afirmação acima.

13. DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO TCU.

No exercício de 2008 não houve recomendação para esta unidade pelo controle externo.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2008.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade ***
Admissão	19 (DEZENOVE)	
Desligamento	09 (NOVE)	
* Aposentadoria	03 (TRÊS)	
** Pensão	00	00

O servidor REINALDO CEZAR MIGUEL DOS SANTOS, SIAPE 0173049, teve a portaria de aposentadoria nº 1.593/2008-DGP/DPF, publicada em 07/07/2008, no entanto a modificação funcional não foi atualizada no SIAPE em razão de inconsistências técnicas na SRH/MPOG quando da criação do novo módulo de aposentadoria.

** O Controle e processamento dos Benefícios de Pensão estão a cargo da Coordenação de Recursos Humanos - CRH/DGP/DPF.

*** O controle e processamento dos registros no SISAC estão a cargo da Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FOI DISPENSADO

No exercício de 2008 não houve dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal de Contas da União foi dispensado.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Obs: Qtda – posição em 31.12. Despesa – total incorrido no exercício

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	134	9.789.795,96	143	11.531.748,60	162	15.529.690,20
Funcionários Contratados – CLT em exercício na	00	00	00	00	00	00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	00	00	00	00	00	00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	00	00	00	00	00	00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado	04	79.900,00	14	357.999,84	14	401.826,84
Limpeza	10	163.199,63	11	182.000,00	11	182.000,00
Pessoal Terceirizado rec. e coperagem		0	03	13.563,56	07	115.700,00
Pessoal Terceirizado digitador	0	0	0	0	04	64.970,00
Pessoal Terceirizado TEC. ELETRICISTA	0	0	0	0	01	25.278,24

Estagiários	08	16.830,00	09	19.355,00	22	78.816,00
Total Pessoal Terc.+ Estag.						

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com	00	00	00	00	00	00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem	00	00	00	00	00	00
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade						

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	00	00	00	00	00	00
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus.	00	00	01	125.670,72	01	279.191,76
Total Pessoal cedido pela Unidade.	00	00	01	00	01	00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas na unidade.	91	8.582.183,16	101	10.336.169,52	122	14.018.629,32
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade.	43	1.207.612,80	41	1.195.579,08	39	1.511.060,88
Total Geral.	1410	00	143	00	00	00

ANEXOS

DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS	
Ano	Quantidades
2006	12.000,00
2007	9.511,00
2008	11.984,00

SEED	
Ano	Quantidade
2006	0
2007	0
2008	5.800,00

SEDEX	
Ano	Quantidade
2006	0
2007	0
2008	60.00

REQUERIMENTO ANTECEDENTE CRIMINAIS	
Ano	Quantidade
2006	8.000,00
2007	15.003,00
2008	19.300,00